

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 60.095 - RJ (2019/0044085-9)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
RECORRENTE : ALEXANDRE LOBAO SOARES
ADVOGADO : DENNIS CINCINATUS - RJ114111
ADVOGADOS : ANDRÉA GONÇALVES FERRY - RJ099451
RICARDO CARVALHO BRAGA DOS SANTOS - RJ143420
RECORRIDO : ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR : LEONARDO MATTIETO E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. PENA DE DEMISSÃO. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DA MEDIDA DE URGÊNCIA. INDEFERIMENTO DO PEDIDO LIMINAR.

DECISÃO

Trata-se de recurso em mandado de segurança, com pedido de liminar, interposto por Alexandre Lobão Soares contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado (fl. 406):

MANDADO DE SEGURANÇA. DIREITO ADMINISTRATIVO. POLICIAL CIVIL. INSTAURAÇÃO DE PAD, EM VIRTUDE DE CONDENAÇÃO CRIMINAL. POSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DE PROVA EMPRESTADA. DIREITO AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA DEVIDAMENTE RESPEITADOS. INDEPENDÊNCIA ENTRE AS INSTÂNCIAS ADMINISTRATIVA E PENAL. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE. PRECEDENTES. DIREITO LÍQUIDO E CERTO NÃO DEMONSTRADO. SEGURANÇA DENEGADA.

Embargos de declaração rejeitados.

O recorrente, reiterando as razões apresentadas na exordial do *mandamus*, alega que a prova emprestada é admitida no processo administrativo disciplinar desde que devidamente autorizada pelo juízo competente e respeitados o contraditório e ampla defesa, o que não foi observado no Processo Administrativo Disciplinar E-09/007/0020/2016 - Portaria n. 010/2016, que ocasionou a sua demissão. Aduz que "a execução do julgado criminal, quanto a pena de perda do cargo imposta, apenas poderá ser levada a efeito após o trânsito em julgado da sentença penal condenatória, consoante determinado pela juíza sentenciante" (fls. 500-501).

Sustenta que "o *fumus boni iuris* decorre de toda fundamentação apresentada, revestido no entendimento doutrinário, jurisprudencial e sumular acerca da empregabilidade da prova emprestada e que o 'justo receio' ou *periculum in mora* reside no fato de que, a autoridade processante segregou o contraditório e ampla defesa do impetrante, num processo administrativo eivado de mácula insanável, impondo-lhe a pena de demissão em efetivo prejuízo (*princípio pas de nullité sans grief*), onde, por outro lado, com a consequente cessação da respectiva remuneração que constituía sua fonte de renda, encontrando-se o mesmo com a subsistência comprometida" (fl. 508).

Requer, assim, que seja admitido o presente recurso ordinário e concedida a medida liminar *inaudita altera pars* para determinar a suspensão da portaria demissória, com a respectiva condução do servidor ao cargo anteriormente ocupado no prazo máximo de 48h (quarenta e oito horas), sob pena de aplicação de multa pessoal na pessoa da autoridade coatora, até o julgamento do presente recurso e, ao final, a confirmação definitiva da segurança, a fim de reconhecer a invalidade do ato de demissão e declarar a nulidade do processo administrativo disciplinar.

É o relatório. Passo a decidir.

Para a concessão de liminar em sede de mandado de segurança deve-se demonstrar, de plano, a relevância do direito e a maneira pela qual o ato impugnado causa ou pode causar a ineficácia da pretensão deduzida, caso seja deferida apenas ao final (artigo 7º, III, da Lei n.12.016/09).

No concernente à plausibilidade do direito invocado, constata-se, pelo menos nesta cognição inicial, não ser possível o deferimento do pleito liminar.

Deve prevalecer, por hora, a presunção de legalidade do ato expedido pela autoridade coatora, pois não evidenciado na inicial argumento relevante a ensejar a suspensão do ato.

Por fim, o deferimento da cassação da demissão por meio de pedido liminar tem caráter eminentemente satisfativo, o que acabaria por esvaziar o exame do *mandamus*. Nesse sentido, confirmam-se: RCD no MS 20.976/DF, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Primeira Seção, DJe 17/6/2014; AgRg no MS 19.997/DF, Rel. Ministra Eliana Calmon, Primeira Seção, DJe 21/6/2013; AgRg no MS 18.353/DF, Rel. Ministro Herman Benjamin, Primeira Seção, DJe 14/6/2012; dentre outros.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar requerida.

Após publicação, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal, nos termos do artigo 64, III, do RI/STJ.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

Ministro BENEDITO GONÇALVES

Relator